

Educação especial e inclusiva: um estudo na escola municipal Expedicionário Wilson Malcher
Special and inclusive education: a study in the Expeditionary municipal school Wilson Malcher

Erica de Araújo Souza ¹
Rorivaldo Santos da Costa²

Submetido em: 04/07/2022
Aprovado em: 04/07/2022
Publicado em: 05/07/2022
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.323

RESUMO

Quando se pesquisa sobre a educação especial e inclusiva, caminha-se por um viés de grandes descobertas, legais, familiares, metodológicas, passa-se a conhecer um mundo onde as necessidades das pessoas, muitas vezes não são respeitadas, direitos não são garantidos, apesar de no Brasil termos um arcabouço legal extenso, observa-se que na prática, a inclusão ainda não é uma realidade, temos escolas sem estrutura física, sem todos os profissionais necessários ao atendimento dos alunos, sem material adaptado e sem sala de recursos multifuncionais. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa na Escola Municipal Expedicionário Wilson Malcher, onde foi aplicado um questionário que tinha por objetivo identificar as limitações e saber como ocorre a inclusão desses alunos na referida escola. Posteriormente, realizou-se uma análise para saber o que está previsto nas leis que abordam a educação especial e inclusiva e o que realmente é aplicado na escola, desse modo, constatou-se que nem tudo que é previsão legal é desenvolvido na prática, tendo em vista as inúmeras dificuldades que o sistema de ensino brasileiro enfrenta. A pesquisa foi desenvolvida em revisão bibliográfica, e pesquisa de campo de cunho qualitativo. Portanto, elencou-se uma proposta didática que consiste em ações que o professor da educação especial pode adotar em sala de aula para a melhoria do processo de aprendizagem do educando, em seguida, elencou-se três atividades didáticas que podem ser realizadas com turmas que têm alunos especiais.

Palavras-Chave: Educação especial; Educação inclusiva; Prática pedagógica.

ABSTRACT

When researching about special and inclusive education, one walks down a path of great discoveries, legal, family, and methodological, one gets to know a world where people's needs are often not respected, rights are not guaranteed, although in Brazil we have an extensive legal framework, it is observed that in practice, inclusion is not yet a reality, we have schools with no physical structure, without all the professionals needed to care for students, without adapted material and without a multi-functional resource room. In this sense, a survey was carried out at the Expeditionario Wilson Malcher municipal school, where a questionnaire was applied to identify the limitations and to find out how the inclusion of these students in the school occurs. Subsequently, an analysis was carried out to find out what is foreseen in the laws that address special and inclusive education and what is actually applied in school, thus, it was found that not everything that is legal is developed in practice, in view of the numerous difficulties that the Brazilian education system faces. The research was developed through a literature review and qualitative field research. Therefore, a didactic proposal was cast, consisting of actions that the special education teacher can adopt in the classroom to improve the learning process of the student, then three didactic activities were cast that can be performed with classes that have special students.

Keywords: Special education; inclusive education; Pedagogical practice.

1

1 INTRODUÇÃO

O período de escolarização no Brasil, através dos Jesuítas, teve início em 1549, com a Companhia de Jesus, representantes da igreja católica, fundada por Inácio de Loyola, em um contexto de reação da igreja católica à Reforma

1 Aluna de Licenciatura em Pedagogia -EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência eTecnologia do Amapá – IFAP.

2 Aluno de Licenciatura em Pedagogia -EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência eTecnologia do Amapá – IFAP.

Protestante, sendo a protagonista do início de nossa história educacional, com hegemonia do ensino brasileiro até 1759 (SOUSA, c2022). Os índios recebiam educação de acordo com os interesses de Portugal. A partir desse ponto, a educação em nosso país foi excludente, com um ensino, primeiramente, voltado para a burguesia, classe mais rica da sociedade. Nesse sentido, Viera & Junior (2018, p. 154) afirmam que “a elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos”, excluindo dessa forma, os ditos anormais, deixando de lado as classes sociais mais pobres e vulneráveis. Nesse contexto, o estado priorizava o ensino voltado apenas para a formação dita intelectual dos filhos dos mais ricos que detinham o poder na sociedade (VIEIRA; JUNIOR, 2016).

Por outro lado, as classes sociais pobres tinham uma educação segregada, voltada para o trabalho, com o objetivo de formar mão de obra para atender as demandas e necessidades da classe burguesa (VIEIRA; JUNIOR, 2016). Nesse contexto, o estado teve uma de suas primeiras iniciativas para atender os ditos diferentes dos normais da sociedade fazendo com que os diferentes tivessem alguma utilidade para a sociedade “A educação Especial nasceu quando a educação ainda era privilégio da minoria econômica” (NETO, et al., 2018, p. 83). É importante destacar que as primeiras iniciativas do governo voltadas para atender às pessoas com deficiência eram apenas com o intuito de diminuir custos com o atendimento dessas pessoas.

No ano de 1994 houve um grande avanço social propagado a partir da Política Nacional de Educação Especial, onde foi intensificado o debate sobre inclusão social, que ganhou mais força pelo país. Podemos ver a seguir essa política, que também foi um grande marco na história da educação brasileira:

- 1) Política Nacional de Educação Especial (1994), que teve como objetivo normatizar e orientar a educação de estudantes com deficiências, condutas típicas e altas habilidades; 2) Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a educação de “alunos que apresentem necessidades educacionais especiais”; e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que tem como objetivo garantir a inclusão dos “alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (GARCIA; BARCELOS, 2021, p. 8).

Nesse sentido, buscamos desenvolver um estudo sobre a educação especial e inclusiva na escola municipal Expedicionário Wilson Malcher, localizada na zona urbana do município de Macapá, esta pesquisa teve como objeto de estudo os alunos do ensino fundamental I que possuem deficiência, ou apresentam comorbidade, habilidades reduzidas ou qualquer outra deficiência que reduza ou dificulte o processo de aprendizagem do educando.

Para iniciarmos esta pesquisa partimos de uma problemática através da seguinte indagação: a escola Expedicionário Wilson Malcher possui alunos com deficiências ou com alguma comorbidade, habilidades reduzidas ou qualquer outro transtorno que dificulte o processo de aprendizagem do educando? A escola possui Atendimento Educacional Especializado? Como se dá esse atendimento? Como ocorre o processo de inclusão desses alunos na sala de aula de ensino regular?

Este trabalho buscou conhecer o processo de inclusão social dos alunos que possuem deficiência, comorbidades, habilidades reduzidas ou transtornos que dificultam o processo de aprendizagem do educando no ensino fundamental I, regularmente matriculados na escola municipal Expedicionário Wilson Malcher. Propomo-nos também levar ao conhecimento da sociedade essa temática que merece mais atenção por parte não só do poder público, mas também da sociedade em geral. Dessa forma, ao final desta pesquisa propomo-nos também apresentar os possíveis caminhos para o melhor desenvolvimento do processo de aprendizagem do educando para que este possa desenvolver-se com maior fluidez e socialização dentro da escola de ensino regular.

Para a realização deste trabalho, por tratar-se de uma pesquisa em educação, optamos por trabalhar com a modalidade de pesquisa qualitativa e bibliográfica, foi utilizado também a pesquisa de campo de caráter exploratório. De início realizamos uma visita na escola Expedicionário Wilson Malcher onde fomos recebidos pelo coordenador pedagógico da escola, nesse momento, o coordenador nos apresentou a escola, sua estrutura e seu corpo docente. Para coleta de dados foi utilizado além da visita na escola, um questionário que foi enviado por e-mail para o coordenador pedagógico da escola e para nove professores, que possuem na turma alunos com deficiência.

Sabe-se que a realidade da educação em nosso país é precária, a falta de investimentos em infraestrutura, acessibilidade, investimento em tecnologia e, principalmente, a desvalorização do professor, tornam o processo de aprendizagem dos alunos ainda mais difícil, mesmo para aqueles estudantes que não apresentam nenhuma comorbidade educacional,

e quando falamos em educação especial, o processo educativo torna-se um desafio maior, visto a falta de apoio do governo e a ineficiência de políticas públicas voltadas a atender especificamente esses alunos que apresentam alguma necessidade especial. Mesmo diante de tanto descaso com a educação em nosso país, temos profissionais que tentam a todo custo fazer o seu melhor para o sucesso educacional de nossos alunos. Com vista nesse cenário, este trabalho tem como objetivo estudar e conhecer a realidade da Escola Expedicionário Wilson Malcher no que se refere ao processo de inclusão social dos alunos que possuem alguma necessidade especial. Assim, o objeto de estudo deste trabalho propõe esclarecer esse processo educacional não só para a comunidade acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia, mas proporcionar conhecimento à sociedade da realidade desses alunos e os desafios que enfrentam diariamente em seu processo educacional. Não obstante, esperamos que, com base nesse estudo e em outros voltados para esse contexto, o poder público possa se sensibilizar e, conseqüentemente, fazer mais investimentos nessa área buscando oferecer uma educação de qualidade e acessível para todos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho, por tratar-se de uma pesquisa em educação, optamos por trabalharmos com a modalidade de pesquisa qualitativa, “por pesquisa qualitativa entendemos uma modalidade segundo a qual a compreensão dos conteúdos é mais importante do que sua descrição ou a sua explicação” (TOZONI-REIS, 2009, p. 42). Segundo Tozoni-Reis (2009, p. 42) “isso significa dizer que, nas ciências humanas, interessa muito mais desvendar os significados mais profundos do observado do que o imediatamente aparente”. Desse modo, na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o principal instrumento de investigação, deixando de ser apenas um mero observador dos fatos (TOZONI-REIS, 2009).

Para maior amplitude e compreensão do tema proposto foi utilizado também o método de pesquisa denominado pesquisa de campo de caráter exploratório e bibliográfico. De acordo com Gil (1999), a pesquisa de campo tem como objetivo a coleta de dados através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos, “a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla” (GIL, 1999, p.49). Nesse sentido, Tozoni-Reis (2009, p. 45) afirma que “[...]essa modalidade de pesquisa, como o próprio nome indica, tem a fonte de dados no próprio campo em que ocorrem os fenômenos. No caso da pesquisa em educação, o campo são os espaços educativos “Consideramos assim, campo de pesquisa em educação os espaços educativos escolares e não-escolares” (TOZONI-REIS, 2009, p. 45).

Para a realização deste trabalho foi realizado em um primeiro momento uma busca na internet, em sites especializados em publicação de trabalhos acadêmicos. Os sites utilizados para a busca de trabalhos referentes ao tema educação especial e inclusiva foram o Google acadêmico e a plataforma Scielo.org. Através dessas plataformas foi possível o acesso a diversos artigos referentes ao tema. Dessa forma, foi possível nos ancorar em autores que contribuíram para a revisão bibliográfica deste trabalho, sendo que a revisão bibliográfica tem como objetivo abordar diversos trabalhos relacionados ao tema, educação especial e inclusiva. De início realizamos uma visita na escola Expedicionário Wilson Malcher onde fomos recebidos pelo coordenador pedagógico da escola, nesse momento, o coordenador nos apresentou a escola, sua estrutura e seu corpo docente. No dia da visita, a escola passava por problemas no fornecimento de energia elétrica, problema esse que impossibilitou uma maior amplitude na obtenção dos dados desejados para a realização deste trabalho, no entanto, o coordenador buscou uma alternativa, então nos encaminhou para o setor de registro da escola para que pudéssemos ter acesso aos e-mails institucional dos professores que tinham turmas com alunos especiais. Dessa forma, nos foi fornecido os referidos e-mails para que, posteriormente, pudéssemos entrar em contato com cada um deles. Então elaboramos um questionário com seis questões idênticas onde os professores foram questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano e no desenvolvimento de suas atividades em sala de aula, dentre elas o atendimento e o processo de inclusão dos educandos. A entrevista foi realizada com o coordenador pedagógico e mais nove professores da escola Expedicionário Wilson Malcher. O questionário foi composto por seis questões dissertativas onde os entrevistados responderam as indagações feitas a eles. Os questionários foram enviados por e-mail no dia 17 de dezembro de 2021 e, posteriormente, foram devolvidos todos respondidos no mesmo e-mail do remetente.

Após receber a devolutiva dos questionários enviados para os professores da escola Expedicionário Wilson Malcher foi realizada a análise dos dados então obtidos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Educação, é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, dever do estado de oferecer a todos os indivíduos desde o início de sua vida escolar, é direito de todo cidadão receber uma educação de qualidade, justa e sem discriminação, independentemente de sua raça, cor, sexo, religião, classe social ou qualquer outra indiferença que possa causar desfavorecimento no contexto social do indivíduo.

O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, Art. 208).

Sendo a educação um direito de todos, inclui-se nesse contexto também os indivíduos que possuem alguma necessidade especial. Mas o direito de acesso à educação por muitos anos foi negado para as pessoas com deficiências, “não podemos esquecer que nosso passado recente revela uma história de exclusão escolar das pessoas com deficiência” (MANTOAN, 2015, p. 8). O próprio estado que tem o dever de oferecer educação para todos, eximiu-se dessa responsabilidade por muitos anos com um discurso asqueroso e excludente, “por muitas décadas, alegando-se incapacidade dos estudantes com deficiência de acompanhar os demais alunos, manteve-se a prática de segregação, reforçada pelo paradigma da normatização” (MANTOAN, 2015, p. 8). Nesse sentido, a Lei Nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que:

É garantido, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição (ECA 1990, art. 54, p 44).

Em uma cronologia temporal, apresenta-se duas leis civis que garantem os direitos à Educação de forma geral, e trazem em seu corpo, de forma específica, o direito do aluno portador de necessidades educacionais especiais, nesse momento começava-se romper com um passado de segregação e violência da criança “especial”.

Na mesma década, em 1996, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Lei nº 9.394/1996, vislumbrava já a mudança de forma mais clara na legislação educacional, estabelecendo inclusive prazos para implementação e execução de medidas que garantissem o direito mais expansivo para alunos com necessidades especiais, ela afirma que: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial” (BRASIL, 1996, p 46). Também afirma que: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, Art. 58 p 46).

Para que o direito à educação se torne acessível a todos é necessário que toda a sociedade participe da construção desse processo e participe de forma ativa da construção de uma escola inclusiva. Assim, será possível trabalhar a inclusão social não só no contexto escolar, mas também fora dele, visto que, a inclusão deve considerar todas as diferenças em todos os lugares.

4

Em 1990, o decreto nº 3.298, regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando assim as normas de proteção, além de dar outras providências. Tendo como objetivo principal assegurar a integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do País. De acordo com Lago e Santos (2011):

A legislação mostra-se em alta consonância com prerrogativas internacionais (como, por exemplo, a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, 1990 e a Declaração de Dacar, 2000) no sentido de

garantir o direito de todas as crianças em idade escolar ao acesso e à permanência no sistema de educação básica, sendo um dever do estado efetivá-lo. Encontramos esta sustentação legal, tanto na Constituição Federal, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), dentre outras resoluções e decretos que buscam reafirmar tal direito referindo-se a diversas nuances advindas desta problemática.

Antes de darmos continuidade ao nosso trabalho é plausível fazermos algumas considerações e definições de conceitos para melhor entendermos e auxiliarmos na compreensão e, conseqüentemente, no alcance de nossos objetivos.

3.1 Educação Inclusiva

A educação inclusiva mostra-se ser uma questão não só das escolas, ou da sociedade, mas também um dever do estado que deve garantir esse direito a todos da sociedade independentemente das diferenças de cada indivíduo. Nesse sentido, Lago e Santos (2011, p. 2) argumentam que:

Para o Ministério da Educação do Brasil, a utilização do termo Educação Inclusiva visa romper com a ideia de integração das pessoas com deficiências, baseada no paradigma de aproximação da normalidade, em que o sujeito se adapta às condições vigentes. A inclusão, pelo contrário, centra-se na mudança das instituições e práticas sociais no sentido de acolher a todos, com respeito às diferenças.

É importante destacar que quando falamos em educação inclusiva, não falamos apenas em incluir pessoas que apresentam alguma necessidade especial, a educação inclusiva abrange bem mais que isso, abrange a sociedade como um todo, crianças, jovens, homens e mulheres que apresentem ou não necessidades especiais, diferentes etnias de qualquer lugar do mundo, educação inclusiva é respeitar todas as diferenças fazendo todos iguais. A inclusão deve causar uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas beneficia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso no processo educativo (MANTOAN, 2003). Nessa mesma linha de pensamento Lago e Santos (2011, p. 2) afirmam:

A meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e é estruturado em função dessas necessidades. Assim, a educação inclusiva contribuiria para uma maior igualdade de oportunidades a todos os membros da sociedade, sem necessariamente referir-se somente às pessoas com necessidades especiais.

A lei Nº 10.845, de 5 de março de 2004, institui o programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas com Deficiência e ressalta no artigo 1º que:

Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE, programa de complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de deficiências – PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do artigo 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

- Garantir a universalização do atendimento especializado de educandos de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;
- Garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular.” (BRASIL, 2004).

A supracitada Lei destaca a necessidade de garantir às crianças com necessidades especiais nas escolas inclusivas, apoio e suporte extra que assegurem uma educação efetiva evitando-se o encaminhamento dessas crianças a escolas, classes ou seções permanentes de Educação Especial, salvo exceções, quando há incapacidade de o aluno frequentar a classe regular de ensino. Há estruturas de ação em Educação Especial, adotadas pela Conferência Mundial em Educação Especial, que se compõe de aspectos que visam à implementação de políticas, recomendações e ações governamentais que visam aspectos de melhoria para a Educação Especial, dentre eles estão incluídos os serviços externos de apoio à Educação Especial (BRASIL, 2004).

Alexandre (2010) ressalta que a Inclusão é uma técnica relativamente contemporânea e, que por este motivo, ainda não foi expandida junto dos profissionais da educação. O decreto de lei nº 3 /2008 de 7 de janeiro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008), estabelece que a escola inclusiva deve ser orientada para o sucesso educativo de todas as crianças

e jovens independentemente das suas especialidades. Neste conceito, interessa idealizar um sistema de educação brando que responda à diversidade e necessidades exclusivas de todas as crianças e jovens, aceitando o desenvolvimento educativo de todos. Um aspecto muito importante e revelador neste documento é que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente gozam de prioridade na matrícula, tendo o igual direito de frequentar as creches, jardins de infância ou escolas nos mesmos termos que as restantes crianças.

3.2 Deficiência

Para melhor entendimento do assunto tratado neste trabalho é importante entendermos o conceito de deficiência e de cada tipo de deficiência apresentado pelos alunos na escola alvo de nosso estudo. Desse modo, deficiência “é toda restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade funcional de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária” (BRASIL, 2005). Assim, todos os alunos que apresentam alguma deficiência necessitam de Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento de suas atividades no contexto educacional para que possam desenvolver-se de forma eficiente tanto no ambiente escolar como também fora dele.

Dessa forma, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê que “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988, Art. 208). Nesse sentido, a Constituição ainda prevê que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, Art. 208). Dessa forma, o estado garante que todas as pessoas tenham acesso à educação independentemente de suas condições ou qualquer outra incapacidade que possa reduzir ou impossibilitar o acesso à educação gratuita, de qualidade e de preferência no ensino regular, seja nas instituições públicas ou privadas.

3.3 Educação Especial

Desde as primeiras discussões em torno da educação especial no Brasil até os dias atuais, é notável o quanto já progredimos, mas não o suficiente para atender todas as demandas de nossa sociedade e, analisando este panorama é possível observar que ainda temos uma longa caminhada para nos tornarmos uma sociedade nação inclusiva. Em 2008, foi divulgada no Brasil a Política Nacional de Educação Especial, definindo os parâmetros para sua aplicabilidade e seu respectivo público-alvo.

Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020, Art. 1).

No que se refere ao atendimento das pessoas com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial destaca o atendimento especializado para fins de atender as necessidades específicas de cada aluno considerando as características individuais de cada cidadão com o objetivo de atender com maior qualidade e eficiência a todos que necessitam de suporte para desenvolver suas atividades dentro de sala de aula, nesse sentido, educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020). Dessa forma, fazendo a inclusão escolar e social desses indivíduos e contribuindo para seu desenvolvimento intelectual.

6

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reafirmada pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

A declaração de Salamanca, elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas

educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, documento este que coloca a educação especial em uma estrutura de educação para todos, elevando assim o status e a importância das necessidades dos alunos. Na Declaração de Salamanca ficou estabelecido que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” e “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Fica claro que as especificidades da pessoa portadora de necessidades especiais devem ser levadas em consideração, assim como deve-se buscar meios de atender as necessidades dela, em relação à educação e ao meio social.

Fica explícito na Declaração no que se refere à inclusão na educação ao afirmar que o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, e que esta educação deve acontecer no espaço da sala de aula, independente das dificuldades apresentadas pelos alunos.

De acordo com Brasil (1996), a LDB no art. 58, existe a possibilidade do Atendimento Educacional Especializado, ocorrer fora do ambiente escolar, entretanto, o ensino regular não deve ser substituído, e sim, apoiado através de intervenções que visem o aprendizado e o desenvolvimento do aluno.

A importância do apoio ou suporte ao professor que possui em sala de aula um aluno com deficiência é percebida através da dificuldade que o educador apresenta em alfabetizar esse aluno, visto que, normalmente as salas de aula do ensino regular público, onde a inclusão ocorre de forma mais efetiva, normalmente apresentam problemas de superlotação. Tal fato impossibilita o professor de desenvolver com este aluno, um trabalho mais específico que atenda suas reais necessidades, porém com o uso de metodologias ativas, suporte tecnológico e de pessoal, esse processo educacional pode acontecer, ainda que demande mais tempo que o necessário, ele é possível.

No contexto da educação Inclusiva, a relação família-escola contribui para a qualidade no atendimento das necessidades educacionais do aluno aprimorando suas competências e estimulando a sua autonomia permitindo que sejam vencidos os obstáculos e concretizando o processo de ensino e aprendizagem uma vez que, a família conhece a realidade do aluno e suas necessidades, podendo dessa forma, fornece um histórico detalhado do aluno para que o educador possa criar mecanismos para auxiliar no desenvolvimento do processo de aprendizagem do educando.

A previsão legal, está à disposição da sociedade, o que precisamos é colocar em prática, mesmo com todos os entraves sociais e estruturais, é possível que haja avanço, que haja garantia de direitos e que os alunos avancem em conhecimento estruturado como em relação social.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola Expedicionário Wilson Malcher oferta o ensino fundamental I que corresponde do 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola no ano de 2021 tinha um quantitativo de 928 alunos regularmente matriculados divididos em 34 turmas, sendo 2 multidisciplinares, o total de alunos que compõem tanto as turmas da EJA quanto do ensino fundamental. A instituição de ensino conta com um quadro de pessoal formado por 30 professores concursados, sendo 2 com formação continuada em Educação Especial e 1 com formação continuada em relações etnoraciais e 1 professor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A escola possui uma estrutura física adequada para receber os alunos que possuem deficiência, banheiros, vias de circulação com recursos de acessibilidade como pisos táteis, elevadores, vão livres, corrimão e salas acessíveis. A escola ainda conta com uma sala de recursos multifuncionais, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) é o espaço destinado à realização de Atendimento Educacional Especializado, materiais didáticos, com mobiliário, recursos pedagógicos e acessibilidade, equipamentos específicos e professor com formação adequada para realizar o atendimento.

De acordo com os dados obtidos através do questionário aplicado para 10 pessoas, das quais, nove eram docentes e, uma, coordenador pedagógico da escola Expedicionário Wilson Malcher, a primeira pergunta feita era se a escola tinha alunos com deficiência. A resposta foi sim, a instituição de ensino possui alunos com necessidades especiais, estes estão distribuídos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Do total de alunos regularmente matriculados na escola, 19 alunos são especiais, sendo quatro deles cursando o 1º ano, seis cursando o 2º ano, dois cursando o 3º ano, cinco cursando o 4º ano e dois cursando o 5º ano. Dentre as deficiências que os alunos apresentam estão: transtorno do espectro autista (TEA), deficiência física, síndrome de Down, e deficiência mental (DM).

Dos alunos que possuem deficiência na escola alvo da nossa pesquisa, cinco têm Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses transtornos “fazem parte de um grupo de condições que afetam o desenvolvimento infantil, denominado Transtornos do Neurodesenvolvimento, conforme nomenclatura definida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – V” (ARVIGO; SCHWARTZMAN, 2020, p. 15). Esses transtornos se desenvolvem ainda na fase de criança, geralmente na primeira infância, e se caracterizam por déficit que variam em graus de severidade que interferem diretamente no desenvolvimento escolar e social do indivíduo (ARVIGO; SCHWARTZMAN, 2020). Outrossim, diz respeito aos alunos que possuem deficiência física, esses são quatro, regularmente matriculados na escola, sendo três no turno da manhã e um no turno da tarde. Dessa forma, deficiência física:

Considera-se a alteração total ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano e que acarreta comprometimento da função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, monoplegia, tetraplegia, hemiplegia, ostomia, amputação, deformidades físicas, ausência de membros, paralisias, nanismo, dentre outras, que interferem na locomoção e coordenação do aparelho motor, na articulação da fala e no desempenho de atividades (BRASIL, 2005, p. 15).

Nesse sentido, “é necessário conhecer e atender as necessidades específicas das pessoas com deficiência física, para possibilitar a sua inclusão, participação e promoção social” (BRASIL, 2005, p. 15). Ainda no que se refere a acessibilidade, “para facilitar a locomoção e a mobilidade das pessoas com deficiência física é importante motivar e possibilitar a sua participação na realidade social em que vive, construindo rampas, adaptando portas, banheiros, corredores, pisos e ambientes de trabalho, de estudo e de lazer (BRASIL, 2005, p. 15).

Ainda no contexto educacional da escola Expedicionário Wilson Malcher, também nos deparamos com alunos que possuem deficiência intelectual, cuja é caracterizada por uma redução no desenvolvimento das habilidades, dentre elas a comunicação e o cuidado pessoal que dificultam a socialização e interação do indivíduo no meio social e influencia diretamente no desenvolvimento educacional. Dessa forma, deficiência mental é:

O funcionamento intelectual significativamente inferior à média comum, e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho, que requerem modificações nos métodos e estratégias (BRASIL, 2005, p. 27).

Nesse sentido, a deficiência intelectual, segundo Correa (2020), “pode afetar não só o raciocínio lógico como também sua habilidade em planejamento e resolução de problemas. A condição pode ser identificada pelo através do grau da deficiência do indivíduo”. No que se refere ao grau de deficiência intelectual, dos seis alunos matriculados na escola alvo do estudo, não foi possível identificá-los, visto que até a data do presente estudo os alunos não possuem um diagnóstico realizado por um especialista, tendo dessa forma, apenas sido feito uma avaliação pelo professor e pela equipe pedagógica da escola, desse modo, o professor desenvolve sua prática pedagógica de forma que o aluno possa ter um melhor desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula. A escola ainda tem quatro alunos com Síndrome de Down, “trata-se de uma alteração genética que ocorre no início da gravidez, durante a multiplicação das células” (BRASIL, 2005, p. 27). “A criança com síndrome de Down apresenta atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais” (BRASIL, 2005, p. 28). Dessa forma, o aluno tende a apresentar maiores dificuldades no processo de aprendizagem e na relação social dentro e fora do contexto escolar. Para que o aluno com Down possa desenvolver-se com efetividade é necessário que haja estímulo tanto por parte da família como também pelo corpo docente da escola, para que dessa forma facilite o processo de inclusão desse aluno.

Após atendida o primeiro questionamento, sabe-se que a escola atende alunos especiais em suas diversas necessidades, assim passamos a análise dos questionários para os professores.

Perguntou-se: A escola possui Atendimento Educacional Especializado?

Todas as 10 pessoas entrevistadas responderam que sim. Esse atendimento já é garantido por lei, portanto, todas as escolas devem cumprir com o que a lei determina. Veja o que a lei destaca: o artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (LDB, 1996, p 44)

Perguntou-se: Como é realizado o Atendimento Educacional Especializado?

100% dos entrevistados responderam que o Atendimento Educacional Especializado é realizado no contraturno da turma regular. De acordo com os docentes, é realizada uma entrevista com os responsáveis dos alunos para coletar as informações, e assim, elaborar o plano de atendimento que dará suporte às necessidades dos alunos. Nesse sentido, a lei esclarece que:

Um professor de educação especial analisa as habilidades dos alunos e modifica o currículo padrão adequado à idade para criar um plano personalizado para o aluno. Um professor de AEE geralmente inclui vários objetivos de desenvolvimento social e emocional, bem como áreas acadêmicas específicas a ser ensinadas. (BRASIL,2012).

Perguntou-se: Como acontece o atendimento educacional especializado?

O professor que coordena o AEE na escola respondeu que a duração é de 1h e 30 minutos, atendendo o plano de atendimento desenvolvido, de acordo com a entrevista feita com os responsáveis e o currículo adaptado, porém, algumas vezes realizam as atividades de sala de aula como suporte à aprendizagem.

Como ocorre o processo de inclusão desses alunos na sala de aula de ensino regular?

O coordenador pedagógico pontuou: A garantia da matrícula é constitucional, mas o processo não é fácil, dentre os principais entraves são a falta de profissionais de apoio como cuidadores e professor tutor, o aluno especial está na sala de aula, porém algumas vezes não consegue acompanhar as atividades, salas com 25 e 30 crianças não é um processo fácil de se administrar, e acaba-se negligenciando o aluno portador de necessidade especial. Não se consegue fazer todas as atividades adaptadas a ele, o geral da estrutura ainda não é suficiente para o atendimento.

A legislação que regulamenta a AEE no Brasil é o Decreto nº 7611, de novembro de 2011. No seu Art. 3º, são definidos os 4 (quatro) objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.
- II – Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular.
- III – Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
- IV – Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Quais metodologias usadas contribuem com a efetiva aprendizagem dos alunos?

O coordenador do AEE na escola respondeu que no geral é utilizado a mesma proposta de atividade, dependendo do nível e da especialidade do aluno, realizasse atividade em desenhos, textos reduzidos, quadrinhos. Algumas vezes é solicitado a adaptação de materiais.

O professor do AEE respondeu que utiliza com alunos autista, o método ABA³ para autista, e que realiza pesquisa em busca de propostas e atividades que ajudem na aprendizagem dos alunos.

A escola disponibiliza suporte para material adaptado aos alunos nas aulas regulares?

O coordenador pedagógico respondeu que a escola possui alguns materiais como jogos, quebra-cabeça,

3 ABA é a abreviação para *Applied Behavior Analysis*. É conhecida também como Análise do Comportamento Aplicada ou “aprendizagem sem erro” (SETÚBAL, 2018). A **terapia ABA** envolve o ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que a criança autista possa adquirir independência e a melhor qualidade de vida possível. Dentre as habilidades ensinadas incluem-se os comportamentos que interferem no desenvolvimento e integração do indivíduo diagnosticado com autismo (SETÚBAL, 2018).

porém não são suficientes para todos os alunos.

Essa definição, no âmbito pedagógico, relaciona-se com a ajuda que pode ser proporcionada a alunos e professores e está contemplada no Parecer CNE/CEB número 17/2001: [...] Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores em geral conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializados que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo (BRASIL, 2002, p. 4).

Nesse sentido, no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com o coordenador pedagógico da escola, todos os alunos recebem devidamente o atendimento que é garantido por lei. O atendimento é prestado em caráter complementar e suplementar, duas vezes por semana, no contraturno do aluno “Ele é prestado na forma de atendimento, dois por semana, sempre no contraturno, com objetivo de trabalhar as competências e habilidades que cada aluno precisa dentro do ambiente escolar”. Tão importante quanto ter uma escola com estrutura física boa, é conhecer uma realidade onde a equipe de profissionais abraça a causa e realiza seu trabalho, com a finalidade de melhorar a vida das pessoas, entendendo e respeitando as diferenças e elevando o nível de aprendizagem.

5 PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

O Brasil estabelece diretrizes para políticas públicas educacionais, visando contribuir com a qualidade da educação. As novas perspectivas do Plano Nacional de Educação/PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, assegura a Meta 4, que trata da universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiências e prevê na estratégia 4.10, o estímulo de:

“[...] pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a Lei nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, estabelece que é dever do estado garantir o acesso à educação da pessoa com deficiência na rede regular de ensino garantido o direito de acesso à educação de qualidade. vejamos a seguir o que determina a Lei:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989, Art. 2º).

Nessa perspectiva a referida Lei estabelece em seu inciso I, às medidas que devem ser adotadas por todas as instituições de ensino regular do país dentre elas podemos destacar:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino (BRASIL, 1989, Art. 2º).

Apesar da legislação brasileira que trata da garantia dos direitos das pessoas com deficiência existir desde o século passado, como no caso da Lei 7. 853, de 24 de outubro de 1989, já citada anteriormente, “somente em 2008 é que as escolas públicas e privadas começaram a solidificar o processo de inclusão e integração dos alunos com deficiência no contexto educacional” (PORTABILIS, c2022). Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa em busca de contribuir com a equipe de professores da referida escola, com a finalidade de complementar as ações pedagógicas realizadas com os alunos especiais nas salas regulares e no Atendimento Educacional Especializado. desta forma trazemos as seguintes sugestões e propostas:

Eixo oralidade, o trabalho com a linguagem oral inicia desde a primeira infância, e deve ser planejado e organizado assim como os demais eixos do ensino e aprendizagem. O professor precisa saber a função social da oralidade, principalmente os gêneros que envolvem contação de histórias, participação em produções e dramatizações. A ampliação das práticas de oralidade significa o direito de apreensão de um instrumento necessário não só para a vida escolar, mas para qualquer circunstância da vida do aluno. Ademais, toda língua é constituída de diferentes modos de dizer, quer seja regional ou social, econômicas etc. Portanto, não devemos privar as crianças deste momento histórico e social. É importante que elas façam parte deste contexto, até porque em algum momento, ela vai retornar ao espaço escolar, e precisa estar engajada nesses debates, no entanto é preciso ter cuidado na forma de repassar essas informações. O documento reconhece que a aprendizagem das características discursivas e das estratégias de fala e escuta ocorre por meio do uso, da interação com o outro. Nos anos iniciais, o objetivo é aprofundar as experiências iniciadas na Educação Infantil e na família.

5.1 Atuação do Professor em Sala de Aula

Sabemos que o processo de aprendizagem ocorre de maneira diferente para cada indivíduo, uns aprendem mais rápido e conseguem absorver o conteúdo ministrado pelo professor em sala de aula com maior fluidez, isso, sem que haja a necessidade do professor mudar seu método de ensino ou tenha que adaptar sua metodologia para que o aluno possa desenvolver o seu aprendizado. Por outro lado, existem alunos que precisam de maior atenção e cuidado por parte do professor na hora de abordar os conteúdos propostos pelo currículo em sala de aula, um exemplo, são os alunos especiais que apresentam alguma redução ou limitação intelectual, física, sensorial ou motora, como nos casos identificados na escola Wilson Malcher, campo de estudo desta pesquisa.

Nesse cenário, “o professor de educação especial precisa estar preparado para assumir um papel que vai além de sua rotina de docente no ensino regular (MACEDO, 2012), ele precisa ser crítico, ágil e perceptível para que possa analisar e identificar as limitações e as potencialidades de seus alunos para que, assim, possa elaborar estratégias de ensino que atenda às necessidades de cada um de seus alunos, dessa forma, o professor torna-se um facilitador do processo de aprendizagem, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento do educando.

Diante de tanta diversidade no contexto educacional, quando falamos em educação especial devemos considerar todas as diferenças, de todos os alunos, independentemente de qualquer que seja, o professor deve considerar ainda a heterogeneidade da classe na hora do ensinar, e não tratar todos de forma homogênea como se todos estivessem nas mesmas condições de aprendizado, quando sabemos que isso não é verdade.

Mas afinal, como o professor de educação especial deve agir em sala de aula? é claro que não temos uma receita pronta para isso, visto que cada professor tem sua maneira de lidar com as situações adversas que surgem no decorrer do desenvolvimento da docência, cada escola tem um grupo específico de alunos, composto por diversos grupos sociais e cada um com suas próprias características, por isso, a maneira de ensinar não é uma receita de bolo que vem pronta para ser executada, mas sim um processo contínuo de troca de conhecimentos e aprendizados. Porém, é claro que podemos citar algumas características que o professor de educação especial deve levar para sala de aula no desenvolvimento de suas atividades, as quais veremos a seguir:

Manter a calma, sabemos que a vida do professor em sala de aula não é fácil, mas mesmo diante de tantos problemas e conflitos que podem surgir em sala, o professor, é o responsável por manter a ordem e restabelecer a harmonia em sala de aula. Além disso, há casos de pessoas com necessidades especiais, que, em momentos de estresse ficam agressivas, e isso pode gerar uma situação desagradável (MACEDO, 2012).

11

Múltiplas funções, diante de tantos problemas que surgem no decorrer do processo de ensino, às vezes o professor precisa assumir esse papel. Devido às possíveis crises de agressividade de alguns alunos especiais, o professor de educação especial precisa assumir diversas funções, ou seja, ora ele é professor, ora ele é um orientador dos pais, ora ele é psicólogo que precisa acalmar os ânimos (MACEDO, 2012).

Flexibilidade, o professor precisa ser flexível na elaboração de seu plano de aula para que possa ser adaptado em diferentes metodologias de ensino para atender as diferentes necessidades de seus alunos, o que estimula um professor

de educação especial a continuar dando aulas, é ele saber que as aulas nunca serão as mesmas, é saber que cada aluno entende de um jeito único, e abordar uma forma de fazer com que todos entendam o conteúdo (MACEDO, 2012). Essas diferentes formas de mediar o conhecimento em sala de aula faz com que o aluno aprenda o mesmo conteúdo de diferentes formas, tendo maior eficiência no processo de aprendizagem.

Aula divertida, o professor deve planejar aulas que chamem a atenção do aluno, que o estimule a aprender cada vez mais, aulas criativas tornam a aprendizagem mais significativa. Uma aula mais divertida estimula o aluno a querer aprender mais sobre determinado conteúdo, principalmente, aqueles considerados mais complexos por alguns alunos, sejam eles com ou sem necessidades especiais (MACEDO, 2012).

Trabalhar o respeito em sala de aula, toda classe é composta por um grupo heterogêneo de indivíduos, isso leva o professor a abordar essa temática em sala de aula, ensinar os alunos a aceitar e respeitar todas as diferenças, isso é trabalhar a inclusão. O respeito pelo colega especial precisa ser abordado em sala de aula, visto que, há muitos alunos que chegam na escola com a ideia de preconceito em sua mente, e trabalhar o respeito aos alunos com necessidades especiais, fica ainda mais difícil (MACEDO, 2012).

Debater o tema “Inclusão”, não só dentro da sala de aula, mas em todo o contexto escolar é fundamental, essa é uma responsabilidade da escola e não apenas do professor, o debate deve acontecer com todos: gestores, professores, técnicos, auxiliares e família, enfim, deve ocorrer com toda a comunidade escolar. Pois, dessa forma, o professor consegue lidar com esse aluno de forma mais eficiente, a escola fica sabendo o que está acontecendo com seus alunos e os pais ficam mais tranquilos em saber que seus filhos estão sendo bem tratados em um ambiente respeitoso (MACEDO, 2012).

Foco nas competências do aluno, na maioria das vezes, o professor, tende erroneamente, manter o foco nas limitações do aluno com deficiência, isso faz com que sejam trabalhadas as limitações. Mas o professor da educação especial deve ter em mente que se deve trabalhar as competências, para que elas sejam aperfeiçoadas, visto que, quando se foca nas habilidades mais fortes, o educando tende a melhorar o desempenho da aprendizagem.

Nessa perspectiva, Macedo (2012) destaca que:

Muitas crianças com necessidades especiais tem uma inteligência acima da média, cabe ao professor saber para qual área esse aluno pode se destacar mais e trabalhar para que essa competência seja aprimorada. Certamente o aluno se sentirá mais empenhado a estudar e aprender, a ponto de “esquecer” suas limitações.

5.2 Atividades Para Desenvolver em Sala de Aula

As atividades inclusivas têm como principal objetivo, a empatia, ou seja, colocar o aluno que não possui limitações no lugar do educando que possui, fazendo com que aqueles possam sentir e viver por alguns minutos, as mesmas dificuldades que o colega especial tem no seu dia a dia. A seguir apresentaremos três atividades inclusivas que o professor pode aplicar em sala de aula com alunos do ensino fundamental I.

QUADRO 1: PROPOSTA DE ATIVIDADE INCLUSIVA, PARA DEFICIENTES VISUAIS.

Na aula de olhos vendados
A proposta dessa atividade é fazer com que as crianças se coloquem no lugar do colega deficiente visual.
Recursos necessários para a realização da atividade
❖ Vendas para os olhos
Passo a passo

- 1- Converse com a turma primeiro sobre as dificuldades que uma criança cega tem para estar presente em uma sala onde todos conseguem ver;
- 2- Proponha a eles uma dinâmica, onde serão escolhidos dois ou três colegas de cada vez, os quais deverão permanecer com os olhos vendados pelo menos durante 15 minutos durante a aula;
- 3 - Explique que não poderão ficar dispersos, pois deverão relatar o que foi dito na aula; 4 - Após os 15 minutos, coloque a venda em outra criança para também sentir o mesmo e peça que elas produzam um texto, falando sobre a experiência ao se colocarem no lugar de um deficiente visual.

Fonte: Adaptado de Felipo (2018)

QUADRO 2: PROPOSTA DE ATIVIDADE DE INTERAÇÃO COM ALUNOS AUTISTAS.

Criação de brinquedo de pareamento
A criança com autismo tem uma dificuldade muito grande com a socialização, mas, isso não quer dizer que seja totalmente impossível, ou que não sintam nada com respeito ao afeto, eles apenas não conseguem expressar. Mas nessa atividade, as crianças deverão mostrar para ela o quanto é querida.
Recursos necessários para a realização da atividade
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Cartelas de ovos vazia ❖ Bolinhas coloridas ou peças de lego colorida
Passo a passo
1 - Você poderá pegar caixas de ovos mesmo, e diversas bolinhas coloridas ou lego, em um balde;
2 - Crianças com autismo, de certa forma possuem um lugar na escola em que gostam de ficar. Se for possível, leve a turminha até lá, mas combine com eles para não fazerem barulho;
3 - Peça a eles que, devagar, circulem o coleguinha com muita calma, para não irritar 4 - Coloque no chão o balde com as bolinhas coloridas ou lego, e as cartelas de ovos;
5 - Deixe que as crianças separem as bolinhas por cores, colocando cada cor em um espaço na cartela;
6 - Crianças com autismo, podem gostar dessa atividade, e começar também a separar as bolinhas, embora não suportem ficar por muito tempo no mesmo lugar;
7 - O importante é que ele sinta os coleguinhos por perto, e outros alunos também observem como o amiguinho precisa deles.
Geralmente, crianças com autismo, não gostam de muito barulho, mas precisam sentir o calor do afeto dos colegas. Essa tarefa é bem tranquila de se fazer, e que pode dar certo na interação social entre as crianças.

Fonte: Adaptado de Felipo (2018)

QUADRO 3: PROPOSTA DE ATIVIDADE INCLUSIVA PARA ALUNOS PARAPLÉGICOS.

Criança paraplégica
Esta será uma lição dupla e com certeza inesquecível para a galerinha. Eles terão que vivenciar por poucos minutos, o que uma criança paraplégica sente durante toda sua vida.
Recursos necessários para a realização da atividade
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Cadeiras de rodas ou cadeiras normais; ❖ Almofadas com peso (não exagerado).
Passo a passo

- 1 - Leve as crianças para a quadra da escola, e coloque na cadeira de rodas os primeiros voluntários;
- 2 - Ponha sobre suas pernas pesos com sacos de areia ou outra coisa, mas que não machuque a criança;
- 3 - Os outros alunos, deverão correr e brincar livremente com bola ou corda, de forma que provoque na criança da cadeira de rodas, o desejo de brincar, mas ela não pode pois está impossibilitada;
- 4 - Após alguns minutos, troque as crianças, para que todos sintam um pouco;
- 5 - A segunda parte dessa experiência, poderá ser desenvolvida, se houver alguma criança com cadeira de rodas na turma. Incentive os alunos a arrastarem a cadeira de rodas, para que ele participe das brincadeiras junto com os coleguinhas.

Esta é uma atividade sobre cidadania e inclusão social que certamente vai mudar os sentimentos das crianças, com relação ao que pensam e da forma que enxergam o deficiente físico.

Fonte: Adaptado de Felipo (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável as mudanças na educação em nosso país, desde o período colonial quando ainda era um privilégio para poucos. Desde então, o tema educação passou por várias discussões no meio político onde os debates se intensificaram e, com os movimentos sociais e com o apoio da população, tivemos grandes mudanças no contexto educacional, políticas públicas foram desenvolvidas e com a constituição de 1988, a educação ganhou um novo rumo em nosso país. O que era um privilégio das classes sociais mais ricas, passou a ser um direito de todos os brasileiros, um direito universal que abriu as portas do mundo para milhões de pessoas que antes, sequer sonhavam com um futuro melhor.

Dessa forma, o direito à educação nos foi garantido perante a lei, e o estado tem o poder e dever de oferecer uma educação de qualidade, gratuita, de acesso a todos, sem distinção de cor, de raça, religião ou qualquer outra diferença que possa tornar os indivíduos desiguais perante esse direito. Desse modo, todas as pessoas com deficiência têm o direito de receber uma educação de qualidade e receber do estado amparo e apoio para que possa desenvolver-se de forma integral ocupando seu lugar de direito na sociedade. E o Atendimento Educacional Especializado para todos os alunos com deficiência é uma das formas pelo qual o estado pode incluir esse público na sociedade atual. Sabemos que ainda há muito para fazer para que a educação em nosso país possa atingir a todos de forma justa e igualitária.

Dessa forma, podemos socializar o conhecimento com a sociedade e o quanto se faz importante discutir a temática de educação especial e inclusiva não só nas escolas, e com as famílias dos alunos que possuem deficiência, mas também proporcionar reflexão de toda a sociedade brasileira, devemos não só falar do assunto de forma restrita, mas também promover o debate em âmbito público e nacional para que assim, o estado possa implementar as políticas públicas existentes, tornando mais eficientes e eficazes o acesso e permanência dos alunos e de suas famílias.

Em cumprimento ao ponto inicial desta pesquisa, percebe-se que os questionamentos iniciais foram alcançados, no que diz respeito a conhecer a escola em questão, e percebe-se a diversidade que a escola acolhe, mesmo que tenhamos em todo o Brasil, segundo pesquisas, um déficit de estrutura, material e pessoal, esses quesitos são minimizados nesta escola, haja em vista que a mesma segundo a resposta da equipe que nela atua, possui infraestrutura adaptada, atendendo o que orienta o MEC, quanto a sala de aula, piso, banheiro, corredores, portas e corrimão, além de possuírem sala multifuncional, onde os docentes podem realizar atendimentos de acordo com a necessidade apresentada por cada aluno, professores com formação específica que atendem e planejam as atividades de acordo com a especificidade de cada aluno, tais alunos estão matriculados no ensino regular, incluídos em salas comuns o que desenvolve de forma mais adequada suas habilidades e atende os requisitos legais.

Fica claro que a escola e o município de Macapá estão no caminho certo em busca de completa inclusão, porém ainda temos um caminho a percorrer, no tocante a quantidade de profissionais que não são suficientes para o atendimento na sala regular e no AEE, mas podemos compartilhar a grata alegria em descobrir e conhecer que os direitos antes não garantidos estão sendo contemplados na referida escola.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Joana Margarida Dias. **A criança com autismo: os desafios da inclusão escolar.** Orientador: Jorge Manuel de Melo Serrano. 2010. 160 p. Tese (Mestre em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, [S. l.], 2010.
- ARVIGO, M. C; SCHAARTZMAM, J. S. **Autismo: um olhar 360°**/ Coordenação Tatiana Serra. Cap. II. São Paulo, SP. Literare Books Internacional, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 nov. 2021.
- BRASIL, **Decreto Nº10.502 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial. Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2020.
- BRASIL, **Resolução Nº 436 de Dezembro de 2012.** Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado – AEE - dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD, Altas Habilidades/Superdotação. Ceará, Brasil, 2012.
- BRASIL, **Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2011.
- BRASIL, **Guia de orientações básicas para a inclusão de pessoas com deficiência.** Brasília, 2005.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Presidência da República:** seção 1, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República:** seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v.183, 2004.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1990.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática.** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- CORREA, B. **Deficiência intelectual: o que é, características e como lidar na escola.** 2020. Disponível em: <https://www.minhavidade.com.br/familia/tudo-sobre/35862-deficiencia-intelectual>. Acesso em: 08 jan. 2022.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994.
- FELIPO, Marcos. **10 atividades para educação especial.** [S. l.], 9 mar. 2018. Disponível em: <https://minhasatividades.com/atividades-para-educacao-especial/>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- GARCIA, R.M.C; BARCELOS, L.G. **A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral,** 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-653820210001&lng=pt. Acesso em 10 mai. 2021.
- GIL, C.A. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** Editora atlas, ed. 4, 1999. Disponível em: https://www.como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 08 mai. 2021.
- LAGO, Mara; SANTOS, Mônica Pereira. Inclusão em Educação: Desafios da Formação Docente. **Anais do III Seminário de Educação Brasileira.** Plano Nacional de Educação: Questões Desafiadoras e Embates Emblemáticos. Campinas: CEDES, 2011, p. 944 – 958.
- MACEDO, Rita. **Como trabalhar educação especial em sala de aula.** [S. l.], 2012. Disponível em: <https://canal-doensino.com.br/blog/como-trabalhar-educacao-especial-em-sala-de-aula>. Acesso em: 1 abr. 2022.
- MANTOAN, Maria. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, São Paulo, 2003.
- MENDES, E. G. Raízes históricas da educação inclusiva. Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ago. 2001, Marília, **Anais...** Marília: UNESP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 3, de 7 de janeiro de 2008.** Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo. Diário da República: seção 1, [S. l.], p. 154-164, 7 de jan. 2008.

NETO, A. O. S. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. v. 31. **rev. educação especial.** Rio Grande do sul: Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Acesso em: 23 dez. 2021.

PORTABILIS. **Alunos com deficiência:** como lidar com eles em sala de aula? [S. l.], 2022. Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/como-lidar-com-alunos-com-deficiencia/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 8.069/1990** de 13 de julho. Estatuto da Criança e do Adolescente, [S. l.], 13 jul. 1990.

SAMPAIO, Aline Fernanda Camargo. **Conhecimento Prático em Literatura:** o gênero fábula como ferramenta para o processo de ensino aprendizagem de língua materna. 65ª ed. São Paulo: Escala, 2016.

SETÚBAL, José Luiz. Terapia ABA: conheça esse método para crianças com autismo. **Instituto Pense**, 2018. Disponível em: <https://institutopensi.org.br/blog-saude-infantil/terapia-aba-tratamento-autismo>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Jesuitas.** [S. l.]: Mundo Educação, 2022. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/jesuitas.htm>. Acesso em: 17 fev. 2022.

TOZONI-REIS, Marília. **Metodologia da pesquisa.** 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

VIEIRA, A. M. D. P.; JUNIOR, A. S. **A educação profissional no Brasil.** Paraná. 2016.